

## **LIVROS DIDÁTICOS, HISTÓRIA PÚBLICA E O CONHECIMENTO HISTÓRICO PRODUZIDO SOBRE O JUDEU NO BRASIL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS**

**TEXTBOOKS, PUBLIC HISTORY AND HISTORICAL KNOWLEDGE PRODUCED  
ABOUT THE JEW IN BRAZIL: DIALOGS AND PERSPECTIVES**

*Helena Ragusa<sup>1</sup>*

---

**RESUMO:** Neste artigo buscamos analisar as representações existentes acerca do judeu no Brasil em duas coleções didáticas referentes ao ano de 2016 voltadas para o Ensino Médio, de modo a dialogar com os demais meios de divulgação do conhecimento histórico, não necessariamente institucionais, mas que colaboram para que essa identidade esteja consolidada no imaginário social, como por exemplo, aqueles que circulam na cibercultura. Presentes em nosso território desde o período que compreende a colonização portuguesa, num processo migratório contínuo, os judeus ocuparam diferentes espaços formando amplas redes de sociabilidade ou sociais entre gerações, formando laços e misturando-se a elas tornando-se algumas vezes invisíveis. Essa invisibilidade conforme constatada em um trabalho anterior parece ter sido amenizada na produção didática e em alguns aspectos, embora bastante timidamente, no universo virtual. Interessamos perscrutar como essas narrativas corroboram na formação da consciência histórica dos estudantes em constante conexão com o ciberespaço e também enquanto público leitor das obras didáticas que circundam o espaço escolar.

**Palavras-Chave:** Livro Didático. História Pública. Judeus.

---

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the existing representations of the Jew in Brazil in two didactic materials referring to the year of 2016 directed to the High School years. By doing that, it dialogs with the other means of dissemination of historical knowledge, not necessarily institutional, but that collaborates so that this identity is consolidated in the social imaginary, such as those that circulate in cyberculture. Present in our territory since the period of Portuguese colonization, in a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Política do Programa de Pós-Graduação em História (UEM). Professora de História na rede pública estadual de ensino de Londrina/PR. *E-mail:* ragusa@uel.br

---

continuous immigration process, Jews occupied different locations, forming large networks of sociability or social networks between generations, forming bonds and mingling with them, becoming sometimes invisible. This invisibility, as seen in a previous work, seems to have been lessened in textbooks and, in some aspects, even though rather timidly, in the virtual universe. We are interested in examining how these narratives support the formation of students' historical awareness of students in constant connection with cyberspace, and also as a reading public of the didactic materials that surround the school environment.

**Keywords:** Textbooks. Public History. Jews.

## Introdução

Desde a década de 1970, o estudo em torno do judeu no Brasil ampliou-se significativamente. Historiadores como José Gonçalves Salvador e Anita Novinsky em seu célebre *Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição*, mudaram o rumo das pesquisas em volta da temática, trazendo novos elementos para se pensar essa presença em nosso território, muito provavelmente como um reflexo do quão "ampla e diversificada" foi a atuação destes personagens em nosso território desde a chegada dos primeiros europeus (NOVINSKY, 1972).

Desde então, o conhecimento histórico produzido sobre o judeu vem assumindo diferentes enfoques basta atentarmos à diversidade de lugares para onde seguiram a vinda dos primeiros grupos, "fazendo germinar marcas que expressam sua integração na cultura do território, em termos culturais e materiais" (GEIGER, 1998, p. 93).

A recém-descoberta, realizada por um grupo de pesquisadores brasileiros da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) - uma *mikvé*<sup>2</sup>, encontrada num hotel em Salvador, na região do Pelourinho<sup>3</sup> - também está entre as fontes geradoras de conhecimento deste grupo social e que

---

<sup>2</sup> Ou Mikvá é um banho de purificação ritual pelo qual a mulher judia deve passar e de acordo com a lei judaica deve ser a primeira construção a ser empreendida quando uma nova comunidade se constitui num lugar (ASHERI, 1995, p. 77).

<sup>3</sup> A reportagem foi retirada do Jornal O Estado de São Paulo, disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-pode-ter-artefato-judeu-do-sec-17-imp-,837848>, acessado: 15/09/2018.

corroborar para que novos elementos sejam contemplados na produção historiográfica num processo de renovação constante.

Contudo, as descobertas que trazem outros contornos para História dos judeus no Brasil não respondem às questões que independem dos artefatos ou documentos que possam vir a ser encontrados. Referimo-nos, aqui, à complexidade em definir o que vem a ser o judeu, a começar pelo fato de que não é algo que delimita-se por uma origem nacional (LOURENÇO NETO, 2008, p. 224). Ao mesmo tempo, tentar explicá-los a partir do aspecto religioso, político ou cultural, também não parece via segura, uma vez que suscita, muitas vezes entre os próprios judeus, polêmica ou desacordo.

Esta foi uma das questões com a qual nos deparamos num trabalho anterior (RAGUSA, 2012), em que buscávamos analisar a presença judaica em algumas coleções didáticas. Naquele momento, porém, nosso intuito era tentar perceber como o judeu, na condição de cristão-novo<sup>4</sup>, aparecia nos livros didáticos de História que contemplavam o período do "Descobrimento". Logo de início, vimos que "cristão-novo" era apenas uma das identidades que o judeu teria "assumido" para disfarçar ou abandonar sua judeidade<sup>5</sup>, lembrando que muitas vezes forçado, outras por uma questão de sobrevivência, a conversão parecia-lhes a única opção.

Na época, os livros mostraram uma lacuna significativa, até mesmo um silêncio entorno da atuação de tais sujeitos em nosso território. Foi a partir da noção de cultura escolar<sup>6</sup> que construímos nossa pesquisa, ou seja, compreender que os conteúdos propostos pelas coleções didáticas e o conhecimento histórico trazido por elas, relaciona-se diretamente ao contexto para o qual é destinado estando sujeitos às demandas que surgem, sejam elas, econômica, política, social, cultural ou religiosa.

---

<sup>4</sup>Cristão-novo seria o nome dado a todos os judeus que viviam em Portugal e que passaram pelo processo de conversão a mando do Rei D. Manuel, iniciado no ano de 1497.

<sup>5</sup>Em Pedro Pinchas Geiger (1998: p. 96), o termo judeidade é atribuído a população de fé judaica, ou mais amplamente, o povo judeu.

<sup>6</sup>Por cultura escolar compreendemos um "conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)" (JULIA, 2001, p. 10).

---

A ideia de cultura escolar perpetua-se neste artigo que busca, numa produção didática mais recente, perceber o judeu em diferentes momentos da História, sem perder de vista as mudanças e transformações pelas quais passam o livro didático, conforme as políticas formuladas pelo Estado e que contam com quase um século. (ROCHA, 2017).

Além disso, as expectativas recentes que passaram a ser contempladas em edital pelo Programa Nacional do Livro didático (PNLD), conforme as orientações recentes promulgadas pela recém-criada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nesta virada para o século XXI, apresentam um novo desafio à pesquisa voltada para este tipo de trabalho, uma vez que trazem dentre outras, “um programa de Estado de avaliação desses materiais”, que exige a elaboração de um conhecimento “correto e atualizado” (ROCHA, 2017, p. 16).

A discussão que buscaremos apresentar engloba, dentre outras, o Guia do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM<sup>7</sup>)<sup>8</sup> e duas coleções de livros didáticos de História do PNLD 2018, ambas oriundas daquelas que estão entre os maiores grupos editoriais do Brasil, Ática e FTD, critérios esses os quais nos baseamos para a análise pretendida.

O tipo de memória que se apresenta nas narrativas didáticas ao abordarem determinados temas e conteúdos, também é relevante na medida em que aquilo que se faz lembrar ou esquecer “na reconstrução do passado, ou as não histórias na estrutura narrativa do contar, evidenciam as interpretações de recortes de histórias a serem reproduzidas” (MOLINA, 2017, p. 103).

---

<sup>7</sup>Criado no período do Governo Luiz Inácio Lula da Silva e instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 38, de 25 de outubro de 2003.

<sup>8</sup>Guia já contempla a implantação do novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

## 1. O Judeu na História Pública

A Didática da História, segundo Klaus Bergmann (1990), procura apreender as formas e funções que o conhecimento histórico assume na História Pública, ela “trata de todos os modos imagináveis de História”. Sua preocupação está voltada para a elaboração e recepção dos saberes que circulam na sociedade, como aqueles representados pelos “*mass-media*, meios de comunicação de massa, como p. ex., filme, televisão, vídeo, rádio e imprensa” (BERGMANN, 1990, p. 30-31).

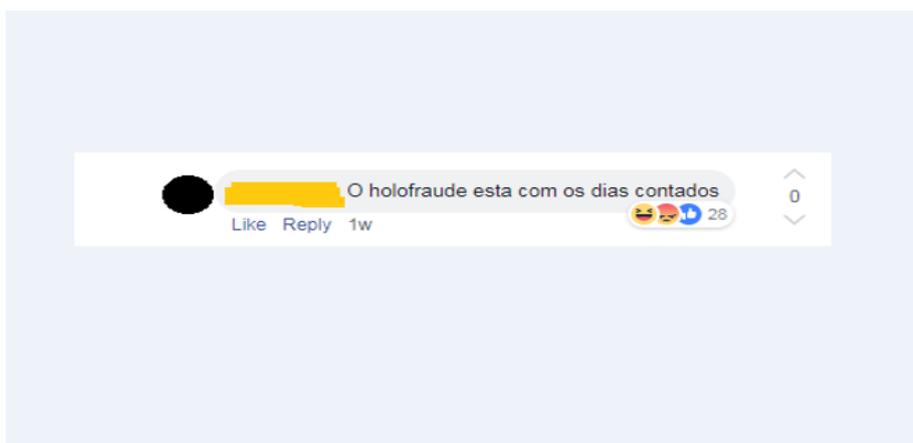
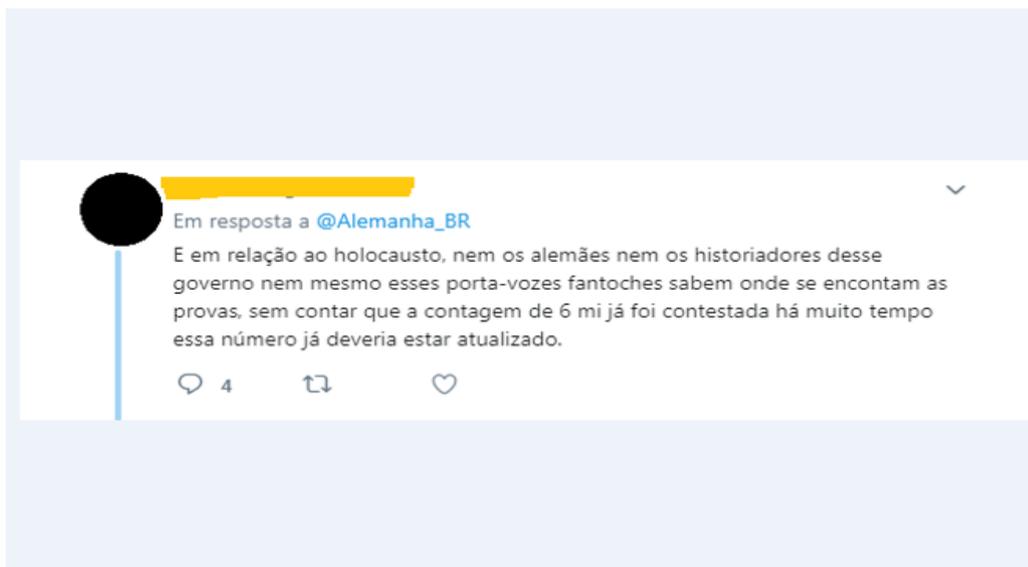
Do ponto de vista da História Pública, esta *velha prática*, encontramos os judeus disseminados em diversos formatos e lugares os quais não necessariamente passaram pelo “crivo” do historiador, mas tem grande audiência, uma História que “não mais se produz somente na academia” (MALERBA, 2017, p.142). Muito embora esta História que acontece fora do meio científico não seja uma novidade, a questão é que com a popularização da internet o “espírito público da história” ampliou significativamente (SANTHIAGO, 2016, p. 25) e, considerando que “todo conhecimento histórico está marcado por uma relação ao presente” (RÜSEN, 2007, p.100), este nos parece ser mais um dos desafios colocados para o Ensino de História nos dias de hoje.

Atualmente, vivemos uma espécie de “ataque” aos eventos e aos crimes já tão debatidos, testemunhados e documentados na História. Refiro-me, aqui, aos negadores do Holocausto que a partir da web, desde 1990, vem atingindo um público cada vez maior (CARVALHO, 2016, p. 9).

Recentemente, um grupo de brasileiros contestaram a Embaixada da Alemanha sobre o nazismo<sup>9</sup>, chegando a negá-lo, algo que na Alemanha é considerado crime. Tudo começou com um vídeo publicado pela Embaixada alemã no Brasil em suas redes sociais, com o intuito de mostrar como a Alemanha lida com a História do nazismo. A reação do grupo que se nega a acreditar na *Shoa* gerou comentários dos mais variados como:

---

<sup>9</sup> Notícia ecoou rapidamente nos tablóides dos principais jornais da imprensa brasileira e mundial, também nos seus formatos digitais, publicados no dia 17/09/2018.

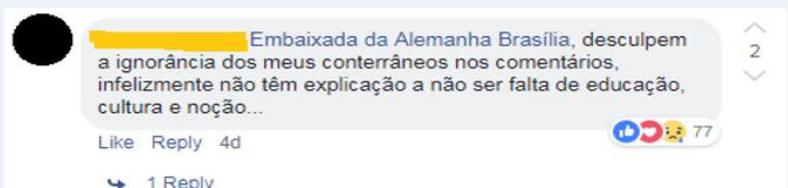
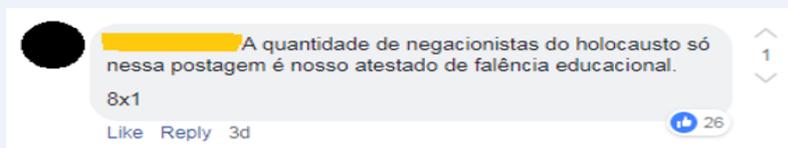


As caixas de comentários exibidas no site do jornal *A Gazeta do Povo* sobre as reações ao vídeo da Embaixada da Alemanha não deixam dúvidas quanto à tentativa de mostrar o Holocausto como “farsa”<sup>10</sup>, questionando até mesmo o número de judeus que foram mortos pela política nazista.

Em contraponto, houve aqueles que manifestaram-se num pedido de desculpas à postura dos que tentaram negar o evento:

---

<sup>10</sup> Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016), em seu artigo sobre o negacionismo do Holocausto explica a presença “abundante” deste conteúdo na internet e os mecanismos que o potencializam a partir das formações imaginárias e discursivas oriundas de uma extrema-direita que os compõe.



Sabemos que "as redes de comunicação são fonte decisiva de construção de poder" (CASTELLS, 2012, p. 25) e, neste caso, a Internet surge como um campo fértil para que os textos produzidos por esta corrente negacionista sejam veiculados<sup>11</sup>:

Antes limitados a panfletos e outros produtos impressos de curto alcance, com parca visibilidade, os negadores do Holocausto vão, a partir da web, alcançar um público muito mais amplo com a ajuda de sites, blogs, fóruns e redes sociais. Tudo praticamente sem custos e oferecido gratuitamente (CARVALHO, 2016, p. 9).

---

<sup>11</sup>De acordo com Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016), a Internet veio a acentuar uma tendência que desde 1980 no Brasil existe, como a editora Revisão, localizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul fundada por um brasileiro, descendente de alemães e que publica obras negacionistas e antisemitas.

## 2. Os judeus na Web

Não faz muito tempo os judeus chegaram à *web*<sup>12</sup>. Andréa Kogan (2016), ao refletir sobre o judaísmo do século XXI, demonstra em seu estudo o quanto os judeus – ortodoxos ou não – estão inseridos neste contexto, uma fonte inesgotável de sites e redes – algumas abertas outras fechadas – redimensionando, portanto, a ideia de que “o judeu é o povo do livro” (KOGAN, 2016, p. 115).

É possível notar que a inserção deste grupo nas redes sociais surge como uma tentativa de acompanhar as novas possibilidades de comunicação, mas ao mesmo tempo de propagar e ampliar o conhecimento histórico que existe sobre o povo judeu. Este é o caso da rede social criada no Facebook *Sinagoga sem fronteiras* a qual busca uma aproximação do público em geral com o universo judaico. Criada por volta do ano de 2016, pelo jovem Rabino Gilberto Ventura, mais conhecido como *Moré Ventura* e que conta com cerca de 85.000 seguidores, a proposta seria de promover um espaço democrático, onde pessoas de outras religiões pudessem participar sobre a única condição de que o diálogo “fluísse respeitosamente”.

Dentre as atividades postadas na rede *Sinagoga sem Fronteiras*, as principais seriam aquelas que denunciam e promovem atos de preconceito e ódio contra os judeus ao redor do mundo; propagação de alguns ritos de passagens e datas comemorativas; postagens regulares sobre textos ou matérias escritos por alguns jornalistas, por historiadores e de tempos em tempos, pelo próprio Rabino a respeito de algum tema relacionado à tradição judaica ou história dos judeus; a divulgação se dá por meio de

---

<sup>12</sup>Desde o advento e a popularização da internet, o judeu vem ocupando esse espaço, as redes sociais, “o Facebook, principalmente, como importantes plataformas para trocas de informações, mas também com seus grupos fechados de interesses diversos, como por exemplo, com vendas e trocas de objetos, relacionamentos, educação”. (KOGAN, 2016, p. 118).

“lives” - transmissões ao vivo – as quais ocorrem com uma certa frequência.

Outros formatos digitais, além das redes sociais – blogs e facebook – contribuem para o acesso ao universo judaico, como revistas, museus digitais (MD), núcleos de pesquisa e arquivos históricos<sup>13</sup>, criados juntamente com pesquisadores e historiadores, produzindo um material que, ao contrário do que comumente possa vir a ocorrer, não tem como objetivo competir com a produção historiográfica, mas aproximá-la do público. Trata-se, portanto, de uma “história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central”) (SANTHIAGO, 2016, p. 28).

### **3. As Narrativas Didáticas Atuais e a Produção do Conhecimento Histórico Sobre o Judeu: Alguns Excertos.**

Como sabemos, a História dos judeus é marcada por movimentos como a própria Diáspora<sup>14</sup> no ano 70 da era cristã, lutas, fugas, perseguições e por movimentos em prol de um retorno a *Terra Prometida*, a qual, até se concretizar<sup>15</sup>, levou as comunidades judaicas a se espalharem pelo mundo.

Fugindo da pobreza e da miséria, como ocorreu com os judeus do leste europeu que vieram para o Brasil no início do século XX, ou fugindo das perseguições engendradas e motivadas pela ascensão do Nazismo na Alemanha (BARTEL, 2012, p. 106), fato é que desde os tempos coloniais, o Brasil surge como um lugar de refúgio e também de recomeço.

Considera-se que o livro didático faz parte de um procedimento de narrativização que implica um processo criativo com potência para dizer o

---

<sup>13</sup>Como é o caso do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, o qual realiza um trabalho de pesquisa acerca da presença dos judeus no Nordeste brasileiro e a contribuição dos descendentes destes judeus para a formação sociocultural brasileira (BARBOSA, 2006, p. 85).

<sup>14</sup>De acordo com André Luis Prudêncio Sena (2009), o termo diáspora tem “na língua hebraica, *galut*, uma denotação que se volta para o forçado abandono da origem, significando naquela língua literalmente exílio” (SENA, 2009, p. 720).

<sup>15</sup>Referimo-nos, aqui, à criação do Estado de Israel, uma reconquista polêmica, marcada por lutas e conflitos violentos entre os israelenses e o povo ocupante da região, mas que aqui nesse artigo não iremos discutir.

que do passado pode ser legitimamente recortado e o modo (elemento estético) como pode ser apresentado como história às gerações (PEREIRA, 2017, p. 170).

Neste sentido, buscamos investigar o modo como alguns manuais incorporam a História do povo judeu ao tratarem determinados temas, uma vez que venha a tratar-se de um grupo que, devido à trajetória marcada por perseguições e Diáspora<sup>16</sup>, espalhou-se de forma ampla e diversificada pelos diferentes cantos do mundo. Ao mesmo tempo, buscaremos promover o diálogo deste conhecimento produzido nos livros selecionados com aqueles chamados de “extraescolares”, ou seja, que ultrapassam os limites da escola.

As análises se deram por meio de duas coleções didáticas voltadas para o Ensino Médio, pertencentes ao ano de 2016 e contempladas pelo PNLD, um dos critérios para que optássemos por tais obras. Também, levamos em consideração as editoras responsáveis pelas obras, uma vez que possuem grande circulação. O primeiro livro pertence à coleção “História, Sociedade e Cidadania”, autoria de Alfredo Boulos Júnior e “História: passado e presente” elaborada pelos autores Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi.

Devido ao espaço limitado deste artigo, tomamos como exemplo os livros voltados para o primeiro ano do Ensino Médio, mais precisamente os capítulos que remontam à História dos hebreus. Para os segundos anos, optamos por analisar de forma breve, mas contundente, algumas das temáticas onde a presença judaica fez-se sentir ao longo da História, mas que em ambas as coleções apresentam lacunas, silêncios e, em alguns casos, distorções. Por último, não menos importante analisamos como a

---

<sup>16</sup>De acordo com Marta F. Topel (2015), a diáspora judaica transformou-se em emblemática de uma categoria utilizada para a descrição e análise de fenômenos semelhantes. Entretanto, os processos de globalização e transnacionalização, as novas migrações maciças, a organização política de minorias étnicas e nacionais em diversos países com o decorrente despertar de uma consciência identitária, mudaram o tipo de arranjos sociais que hoje são considerados diásporas.

*Shoa* aparece nas narrativas propostas nas obras voltadas para os terceiros anos<sup>17</sup>.

Logo de início foi possível perceber que, mesmo tratando-se de coleções atuais, as narrativas parecem desconectadas dos avanços trazidos pela historiografia existente em torno do judeu, o que pouco contribui para a compreensão do estudante acerca dessa identidade, inclusive como parte daquelas que estiveram aqui e que ajudaram a formar a população brasileira.

Apenas em alguns capítulos que aqui serão analisados, pudemos constatar uma proximidade com conhecimento histórico que circula no âmbito acadêmico e na esfera pública<sup>18</sup>. Um exemplo é o capítulo tratado por Alfredo Boulos Júnior (2016), no manual voltado para o 1º ano do Ensino Médio, onde o autor procura no capítulo que remete a História dos Hebreus, trabalhar com recursos narrativos como imagens e boxes, de forma a ampliar a compreensão do estudante acerca de alguns dos elementos presentes no judaísmo:

---

<sup>17</sup> Algo que já vem sendo feito por pesquisadores e estudiosos de vários países que a partir da forma como essa História se apresenta, propõe uma educação voltada para o Holocausto.

<sup>18</sup> Principalmente os espaços que pretendem uma perspectiva histórica, mas que os limites estabelecidos no sentido de um saber científico não existem.



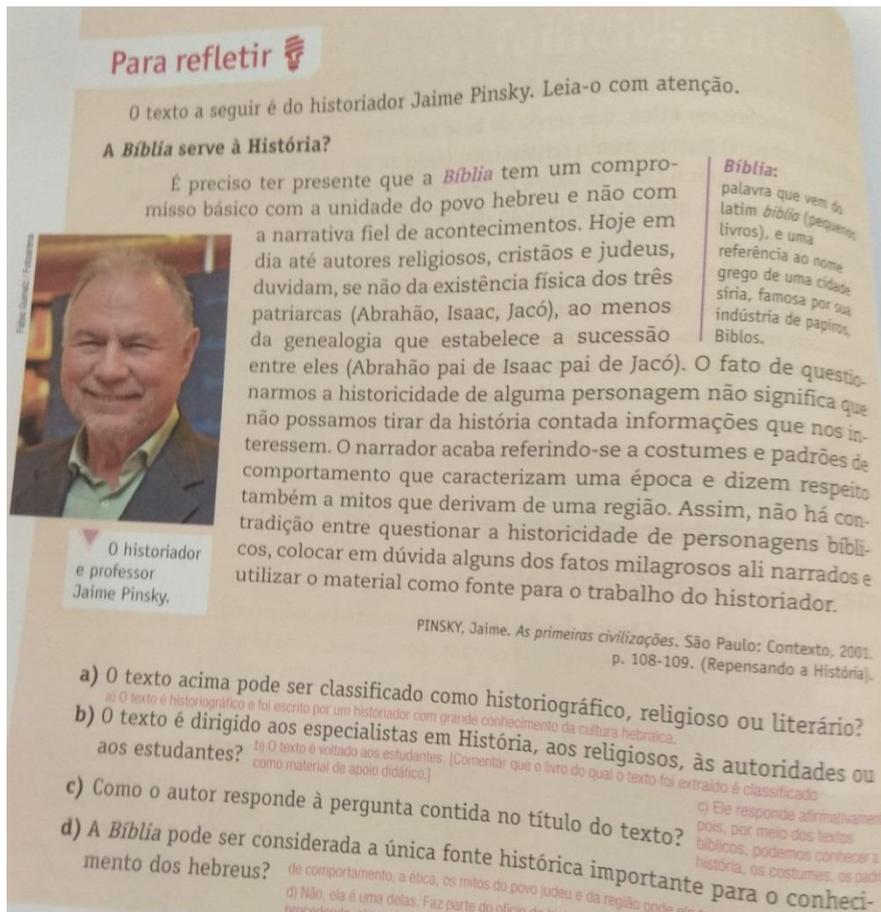
Fonte: Boulos Júnior (2016, p. 81).

Aqui, ao lado da imagem onde um jovem e uma jovem judia aparecem fazendo a leitura de um livro segue uma explicação sobre o significado do que está sendo mostrado, ou seja, os ritos de passagem para a maioridade<sup>19</sup>.

Mais a frente, Boulos Júnior (2016), traz um Box intitulado "Para Refletir", com um trecho de uma das obras de Jaime Pinsky, seguido de um questionário para ser respondido<sup>20</sup>:

<sup>19</sup> No caso dos meninos o nome correto é o bar-mitzvah e para as meninas o bat mitzvah (ASHERI, 1995, p. 53).

<sup>20</sup> Sinalizamos que a obra em questão é um exemplar voltado para o professor, por esta razão traz sugestões de respostas as quais o professor deve estar atento ao refletir com seus estudantes.



Fonte: Boulos Júnior (2016, p. 82).

As questões trazidas demonstram pertinência sobre o texto proposto, uma vez que procura desenvolver no aluno a percepção sobre o que é uma fonte histórica; a importância da mesma para o pesquisador e, também, as possíveis versões que possam existir sobre um mesmo fato a partir de outras fontes que possam contribuir para a produção do conhecimento histórico.

Neste outro exemplo que se segue ao trazer a religião e a cultura do povo judeu<sup>21</sup>, Boulos Júnior (2016), atenta para as construções erguidas por esse grupo e aos laços com o judaísmo mesmo após terem sofrido a Diáspora:

Os judeus se conservaram fiéis aos seus hábitos, tradições e valores. "E reunidos em comunidades, ergueram sinagogas – locais de oração, de culto e de instrução religiosa – que

<sup>21</sup>O autor difere hebreus de judeus, explicando em que momento esses últimos passaram a ser chamados assim.

funcionavam como importantes elementos de coesão grupal” (BOULOS JÚNIOR, 2016, p. 87).

Fazendo uma relação com esta forma de manterem-se conectados à tradição judaica, o autor usa como exemplo os judeus que vieram para o Brasil no período conhecido como “dominação holandesa” e acabaram erguendo a mais antiga sinagoga das Américas, Kahal Zur Israel, localizada no centro histórico da cidade de Recife:



**Fonte: Boulos Júnior (2016, p. 87).**

Conforme podemos perceber, o capítulo proposto pela coleção, aqui analisada, compreende a necessidade de estabelecer relações entre os fatos relevantes da História do povo hebreu, sem perder de vista a pertinência de refletirmos sobre esta identidade no tempo e espaço onde se formou, trazendo-a ao encontro com nosso passado - nossa formação social, política, econômica, religiosa e cultural - ao mesmo tempo em que conecta-a ao tempo presente, de modo a conferir-lhe sentido. É como se o autor compreendesse a necessidade do indivíduo em “estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder assenhorear-se dele de forma tal que possa realizar as intenções de seu agir” (RÜSEN, 2001, p. 58).

Curioso observar que na coleção organizada por Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi, também direcionada para o 1<sup>o</sup> ano do Ensino Médio, cujo título “História: passado e presente”, isso não ocorre. Os autores trazem um número considerável de fontes que dialogam com textos propostos, como por exemplo, o uso de imagens baseadas em cartografias, iluminuras e afrescos. Contudo, eles parecem presos ao passado, não ultrapassam o conhecimento que permeia a origem dos judeus. Outro aspecto seria quanto ao espaço fornecido pelos autores para tratar a temática, levando a uma narrativa breve e conteudista não atingindo, portanto, ao menos nesse capítulo, as expectativas trazidas pelo próprio título.

Ainda na mesma coleção, porém, no livro direcionado para o 2<sup>o</sup> ano, passando para a temática que remonta as grandes navegações, sob o título “Os reinos europeus e o além-mar”, que se encontra na Unidade 1 nomeada de “Diversidade Cultural”, os judeus foram completamente esquecidos e, novamente, os autores divergem da ideia que aparece no título da unidade, relacionada à questão da diversidade.

Há uma vasta produção historiográfica que aponta para a presença desses personagens atuando em diferentes setores como, por exemplo, o comércio ou no campo da astronomia, inclusive na confecção dos instrumentos astronômicos. De acordo com Anita Novinsky (1991), reis de diferentes partes da Europa, fora da Península Ibérica requisitavam judeus – matemáticos, cartógrafos, geógrafos, astrônomos, pilotos – para atuarem em seus projetos (NOVINSKY, 1991, p. 68).

O silêncio prossegue nos capítulos seguintes que remontam ao início de nosso povoamento, com as primeiras atividades econômicas – pau-brasil – capitanias e atividades jesuíticas e a seção que trata sobre a escravidão africana, a qual se encontra na 2<sup>a</sup> unidade do livro. Existe um amplo leque de personagens - alguns judeus outros já tendo passado pelo processo de conversão, os chamados cristãos-novos - exercendo as mais diversas atividades existentes na colônia, inclusive as citadas a pouco, a extração do pau-brasil e a escravidão. Em relação à primeira, é na figura de Fernão de Noronha que vamos encontrar o judeu – um recém converso - ocupando um cargo de confiança do rei, o qual havia lhe concedido privilégios econômicos

e políticos (VAINFAS, 2005, p. 47). Já no que toca à escravidão, sabe-se da existência de senhores de engenho judeus ou neocristãos donos de escravos, comerciantes ou traficantes dos mesmos (HUTZ, 2008).

O manual escrito por Alfredo Boulos Júnior (2016), também voltado para o 2º ano do Ensino Médio, na Unidade proposta "Nós e os outros: a questão do etnocentrismo", no capítulo três e quatro, também apresenta uma lacuna significativa quanto à participação dos judeus na formação da sociedade colonial na América Portuguesa.

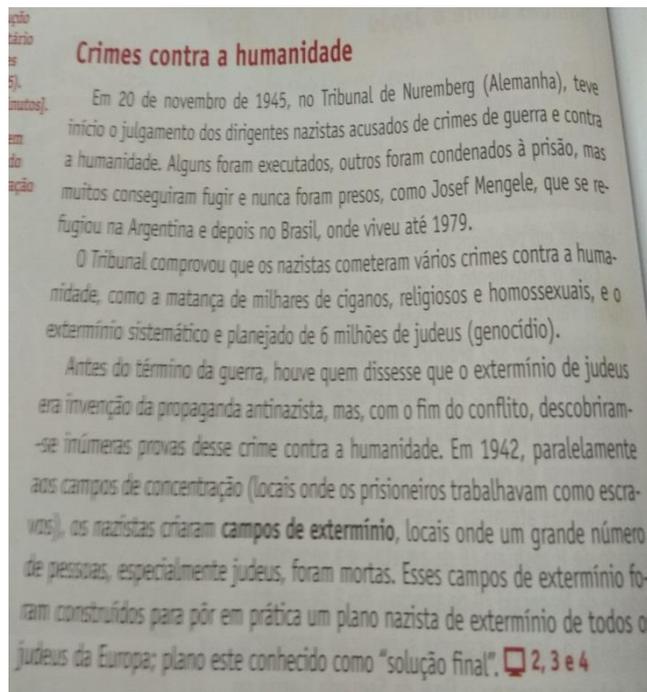
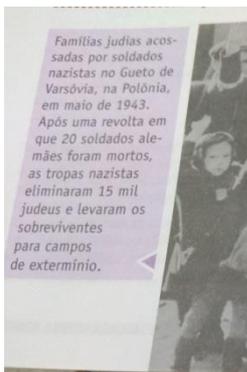
A ausência acerca dos judeus na constituição da colônia que aqui se formava é preenchida somente quando ambas as coleções trazem os judeus – muito brevemente – nos capítulos que tratam a vinda dos holandeses ao Brasil. Conforme verificado em estudo anterior, os judeus que viviam na região nordeste do Brasil existiam antes de Nassau, dos judeus que saíam de Amsterdã e da chegada dos cristãos-novos que aos poucos teriam regressado à sua fé de origem (RAGUSA, 2012, p. 115).

Analisando as coleções voltadas para o terceiro e último anos do Ensino Médio, despertou-nos a atenção alguns elementos, os quais pretendemos discutir, compreendendo a vasta produção historiográfica em torno da *Shoa*<sup>22</sup> e, também, nos demais espaços não institucionais por onde este conhecimento circula: cinema, internet, literatura, jogos de computadores, etc.

Alfredo Boulos Júnior (2016), no capítulo que traz a temática da II Grande Guerra, o autor apresenta um panorama onde grande parte é dedicada ao conflito em si. Ao final do mesmo, o autor apresenta um breve texto intitulado "Crimes contra a humanidade", seguido por uma imagem na qual o contexto é sobre os judeus, enquanto principais vítimas da política nazista:

---

<sup>22</sup>Holocausto é a forma mais comum dos livros didáticos tratarem o extermínio em massa de judeus cometido pelos nazistas.



**Fonte: Boulos Júnior (2016, p. 104).**

A narrativa apresenta um texto conciso, embora claro, trazendo elementos que pouco apareciam nos livros didáticos de História, como o tribunal de Nuremberg, a menção sobre a passagem de Mengele no Brasil, o massacre a outros grupos que também sofreram com a política do extermínio, o termo "genocídio", a expressão "solução final" e o próprio fato deste conhecimento constar no capítulo.

A imagem que remonta ao processo de "guetoização", evento que antecede a *Shoa* também é de grande importância, pois o extermínio começava ali, nos guetos conforme nos mostra Boulos Júnior (2016), onde ocorria a morte de "milhares de vidas por fome, doenças e exaustão pelo trabalho" (CAVALCANTE, 2012, p. 16).

Não há dúvida do quanto se "caminhou" no sentido deste saber que, até então, parecia restrito ao meio acadêmico, mas aos poucos vem sendo, como podemos ver incorporado pela produção didática.

No entanto, o fato de constar somente na parte final do capítulo, faz com que a *Shoa* pareça como algo isolado da guerra, descontextualizado do

cenário político econômico, social, cultural e religioso que pairava sobre a Alemanha de Hitler.

Passando para a coleção “História: passado e presente” de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi, no capítulo intitulado “Segunda Guerra Mundial”, a memória do Holocausto é trazida em dois momentos: primeiro, logo no início do capítulo, por meio da menção à História de Anne Frank e, depois, mais ao final, um breve texto como este da sequência, intitulado “Holocausto” e seguido, também, por uma imagem:

**Holocausto**  Professora, veja no Procedimento Pedagógico deste capítulo uma sugestão de **texto complementar** para discutir a questão do holocausto.

Em 1º de setembro de 1939, Adolf Hitler invadiu a Polônia e deu início ao processo que levaria ao holocausto, o extermínio sistemático de judeus.

Aproximadamente 10% (3,3 milhões) dos poloneses eram judeus. Após a invasão, os nazistas passaram a confinar essas pessoas em **guetos** – bairros de grandes cidades policiados e cercados.

Treze guetos e 42 áreas de confinamento foram criados em território polonês entre 1939 e 1941. Nesses lugares, os judeus eram alvo constante da violência dos soldados nazistas, eram submetidos a trabalhos forçados, recebiam alimentação insuficiente e não tinham condições de manter padrões mínimos de higiene e saúde.

No dia 20 de janeiro de 1942, o Departamento de Segurança Alemão decidiu pelo extermínio em massa dos judeus, que seriam transferidos para campos de concentração e, posteriormente, executados em câmaras de gás (política genocida chamada de **Solução Final**).

Quando o exército soviético libertou os prisioneiros dos campos de concentração poloneses, entre 1944 e 1945, foram encontrados milhões de cadáveres e apenas 500 mil sobreviventes.

Adaptado de: SZTERLING, Sílvia. O nazismo: história de um sobrevivente. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 58-61.



**Fonte: Azevedo; Seriacopi (2016, p. 108).**

Importante ressaltar que a obra intitulada “O diário de Anne Frank”, tem uma circulação significativa entre a juventude brasileira e no mundo, algo que parece ter sido compreendido pelos autores da coleção analisada,

ou seja, “a noção de uma História Pública já evoca um novo horizonte de possibilidades de produção do discurso” (MORAES, 2014, p. 33).

Em relação ao documento trazido pelos autores, é interessante compreender que um evento não ocorreu da mesma forma que o outro, a política de extermínio aos judeus não foi homogênea e:

O Holocausto faz refletir sobre a exploração humana, a xenofobia, o racismo, o militarismo, o papel da ciência moderna e da tecnologia para a realização e maior eficiência do assassinato em massa e do sofrimento perpetrados pelo regime nazista e seus colaboradores não-alemães. (CAVALCANTE, 2012: p. 18).

### **Considerações Finais: o judeu, uma temática sensível à memória?**

“Há quatro tipos entre os que se sentam perante mestres: esponja, funil, filtro e peneira. Esponja é aquele que absorve tudo; funil, o que recebe de um lado e deixa escapar de outro; filtro, o que deixa sair o vinho e retém a borra; peneira, o que deixa sair o farelo e retém a farinha”. (5:15).

Em nossa pesquisa, lidamos com as representações construídas em torno do judeu em espaços onde se elaboram as experiências históricas e em que as relações sociais e políticas estão imbricadas. O livro didático, parte da cultura material escolar, é um deles e vem cada mais assumindo um caráter “polifônico, com um conjunto de elementos que enriquecem a narrativa histórica principal” (CAIMI, 2017, p. 41). Desviando da ideia do protagonismo, o livro didático é um “material decisivo na qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares, bem como das concepções de História selecionadas, hierarquizadas, classificadas e recortadas em seu interior” (MOLINA, 2017, p. 99).

Fora do contexto escolar, temos o conhecimento histórico produzido em mídias como a internet e que oferece um leque quase que ilimitado de possibilidades de acesso entre recursos e ferramentas, mas que levam a questões importantes, uma delas levantada por Thais Nívea de Lima e Fonseca (2012), a qual seria o gerenciamento dos estudantes ao realizarem suas pesquisas, tanto no que se refere a cópias quanto a confiabilidade das informações que nela obtém (FONSECA, 2012, p. 131).

Aliada a essa questão daquilo que é apropriado, consumido pelos estudantes e como dialoga com o saber produzido no livro didático, atentar-se para o fato de que:

[...] a história de grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra respostas na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orientasse em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite. (SARLO, 2007, p. 13).

Segundo alguns autores, incluindo Jörn Rüsen (2001), os saberes históricos, tanto os especializados como os não-especializados, estão diretamente relacionados com a vida prática em suas múltiplas esferas. O sujeito, na atribuição de significado à sua vida prática, recorre aos códigos, saberes, ideias e crenças engendradas em dada cultura. Ao mesmo tempo, o "culto do sempre novo", presente nas práticas sociais, leva à "desvalorização da experiência", quando não à "impossibilidade de relação com o passado" (FORTUNA; GALZERANI, 2015, p. 44).

Neste sentido, frente a essas novas práticas de memória que vão surgindo e conquistando um número cada vez maior de "seguidores", nosso objetivo foi buscar perceber as nuances e aproximações ente os saberes produzidos num mesmo espaço, no caso os livros didáticos e, também, com aqueles que se encontram fora dele:

Es frecuente hablar de divorcio entre la historia enseñada y la historia tal como los jóvenes la comprenden y la utilizan y entre las finalidades identitarias y ciudadanas que suelen otorgarse al conocimiento histórico por parte de poderes públicos, historiadores y docentes y la débil comprensión de la historicidad del mundo y del presente por parte de los jóvenes, y su nula aplicación en la vida social y política de su present (PAGÈS, 2015, p. 305).

Nosso estudo vai em direção de perceber como o “pensamento histórico está então formado quando se relaciona diretamente ao todo, ao agir e ao eu de seus sujeitos” (RÜSEN, 2007, p. 98), no caso, principalmente os estudantes.

No Brasil, se verificou, em alguns textos especializados, que o judeu foi visto conforme estereótipos que foram construídos ao longo da História. Quanto aos estudantes diante da possibilidade de uma “formação histórica esvaziada”, ao menos, no que toca a questão judaica no Brasil, enquanto parte de nosso processo identitário, acreditamos que o “olhar histórico” pode “aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma de que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas” (RÜSEN, 2007, p. 113).

## Referências

- ASHERI, M. *O judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- AZEVEDO, Gislaíne; SERIACOPI, Reinaldo. *História: passado e presente*. São Paulo: Ática, 2016.
- BARBOSA, L. A. *Resistência cultural dos judeus no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.
- BARTEL, Carlos Eduardo. *O movimento sionista e a formação da comunidade brasileira (1901-1956)*. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. *Revista Brasileira de História*. V.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade & Cidadania: 1º ano*. São Paulo: FTD, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos: PNLD 2018 - História*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/pnld-2018/>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- CAIMI, Flavia Eloisa. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. *In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis;*

MAGALHÃES, Marcelo Ode Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 33-54.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da "Metapédia - a enciclopédia al-ternativa". *Faces da história*. Assis, p. 5-23, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/26614572/O\\_negacionismo\\_do\\_Holocausto\\_na\\_internet\\_o\\_caso\\_da\\_Metape\\_dia\\_a\\_enciclope\\_dia\\_alternativa\\_](https://www.academia.edu/26614572/O_negacionismo_do_Holocausto_na_internet_o_caso_da_Metape_dia_a_enciclope_dia_alternativa_). Acesso em: 21 set. 2018. ISSN 2358-3878.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CAVALCANTE, Ania. O universo concentracionario nazista de 1933 a 1945 e a implementacao da "Solucao Final da Questao Judaica", 1941-1945. In: BORELLI Andrea; ZAGNI Rodrigo Medina. (org.). *Conflitos armados, massacres e genocídios*. São Paulo: Editora Fino Traço, 2012. p. 76-96.

GONÇALVES, Alexandre. Bahia pode ter artefato judeu do séc. 17. *Estadão*, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-pode-ter-artefato-judeu-do-sec-17-imp-,837848>. Acesso em: 18 ago. 2018.

FONSECA, T. N. L. E. Mídias e divulgação do conhecimento histórico. In: *Aedos*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 4, p. 129-140, 2012.

FORTUNA, Cláudia Prado; GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Práticas de memória, tempo e ensino de História. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina Bovério; PACIEVITCH, Caroline. *Memória, Sensibilidades e Saberes*, Campinas: Alínea, 2015. p. 42-51.

MENDES, Helen. Brasileiros contestam embaixada da Alemanha sobre o nazismo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/brasileiros-contestam-embaixada-da-alemanha-sobre-o-nazismo-973iq3sifpf8eauyyk5gf7ybyq/>. Acesso em: 19 set. 2018.

GEIGER, Pedro Pinchas. O povo judeu e o espaço. *Revista Laboratório de Gestão do Território*, Rio de Janeiro, p. 85-104, 1998.

HUTZ, A. *Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580-1640)*. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

KOGAN, Andréa. Judeus: povo do livro, da informação e da internet. *Revista Último Andar*, São Paulo, p. 115-126, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/31315/21812>. Acesso em: 12 jul. 2018.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Imigrantes judeus no Brasil, marcos políticos de identidade. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, p. 223-237, 2008.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MOLINA, Ana Heloisa. Usos e funções do fotojornalismo na produção do saber histórico: a Segunda Guerra Mundial em imagens nos livros didáticos de História (1985-1995). In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). *Imagem: artefato cultural*. Londrina: EDUEL, 2017.

MORAES, Alexandre Santos de. História pública e literatura: reflexões sobre o discurso. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*. Campinas, p. 31-36, 2014.

NOVINSKY, Anita W. *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita W. O papel dos judeus no grandes descobrimentos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.11, n. 21, p. 65-76, 1991.

PAGÈS, Joan. Saberes Históricos Construídos - Saberes Históricos Apropriados: uma reflexión desde la didáctica de la historia. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina Bovério; PACIEVITCH, Caroline. *Memória, Sensibilidades e Saberes*. Campinas: Editora Alínea, 2015. p. 304-325.

PEREIRA, Nilton Mullet. A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história. ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 169 - 202.

Pirke Avot : *Ética dos Pais* – São Paulo, B'nai B'rith, 1976, 1a ed., tradução e notas explicativas de Eliezer Levin.

RAGUSA, Helena. *A História dos Cristãos-Novos no Brasil Colonial e a Escrita nos Livros Didáticos: Um Estudo Comparativo*. Dissertação ((Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ROCHA, Helenice. Livros didáticos de história em análise: a força da tradição e transformações possíveis. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 11-30.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EDUNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História - os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: EDUNB, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p.23-35.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SENA, André Luis Prudêncio. Da sinagoga ao parlamento: do santuário à nação. A historiografia judaica moderna em questão. In LEWIN, Helena (coord.). *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 720-730. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ztpr5/pdf/lewin-9788579820168-58.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

TOPEL, Marta Francisca. Terra prometida, exílio e diáspora: apontamentos e reflexões sobre o caso judeu. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, p. 331-352, 2015.

VAINFAS, Ronaldo; ASSIS, Angelo F. de. A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, K. (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 43-63.

*Recebido em 28 de outubro de 2018*

*Aprovado em 19 de dezembro de 2018*